

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Divulgação

Setor deve abrir três mil vagas no período

Fim de ano movimentado para o comércio

O comércio de Petrópolis se prepara para o período mais movimentado do calendário varejista. Entre este mês e dezembro, a expectativa da Câmara de Dirigentes Lojistas de Petrópolis (CDL) é de abertura de cerca de três mil vagas temporárias em diferentes segmentos, impulsionadas pela Black Friday, pelo Natal e pela movimentação turística de final de ano e

início de janeiro. Com a previsão confirmada, será um crescimento de 20% considerando que o estoque total de vagas do comércio hoje é de cerca de 15 mil postos de trabalho. De acordo com a CDL, o número representa uma recuperação do fôlego do varejo local, que aposta na retomada do consumo e na confiança do consumidor após um ano de desafios econômicos.

Black Friday impulsiona vendas

O levantamento aponta que o movimento deve se intensificar a partir da segunda quinzena deste mês, com a Black Friday impulsionando as primeiras contratações. Em dezembro, a expectativa é de crescimento nas vendas e na circulação de consumidores nos principais centros comer-

ciais e polos. “Temos uma cidade com tradição no varejo e no turismo. O visitante que vem para os eventos e descanso também consome, o que aumenta o giro da economia. Acreditamos em um fim de ano com bom desempenho”, afirma o Presidente da CLD, Cláudio Mohammad.



Divulgação

Equipes foram ao local após denúncias da população

Secretaria de habitação reforça fiscalização

Uma ação de fiscalização da Secretaria de Habitação, realizada na manhã deste sábado (15), na Estrada da Saudade flagrou três homens atuando irregularmente em um terreno destinado à implantação de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. O local vinha sendo monitorado após denúncias de movimenta-

ção suspeita e indícios de tentativa de invasão. Durante a ação deste sábado, os fiscais encontraram três homens realizando limpeza e queima de vegetação no terreno. Com apoio da Guarda Civil Municipal, os três homens foram encaminhados à 105ª Delegacia de Polícia, onde prestaram depoimento e tiveram as ferramentas verificadas.

CPI criada

A Câmara Municipal publicou no Diário Oficial a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a concessionária Águas do Imperador. Segundo a publicação, o foco das investigações será a instalação de tubulações às margens dos rios de Petrópolis e se

estão de acordo com as atuais legislações. A CPI será composta pelos vereadores Professora Livia Miranda, Léo França e Júnior Coruja e terá prazo de 90 dias. Os parlamentares também pretendem identificar se a concessionária obteve autorizações dos órgãos ambientais.

Empreenda 60+

O Sesc RJ, em parceria com o Sebrae Rio, está com inscrições abertas para o Empreenda +60, programa voltado à capacitação de pessoas com mais de 60 anos interessadas em empreender e ampliar suas oportunidades de geração de renda. As inscrições podem ser

realizadas até 26 de novembro, pelo link forms.office.com. Desenvolvido prioritariamente em Petrópolis, na Região Serrana do Rio, o programa vai selecionar 30 empreendedores 60+ para participar de uma jornada de aprendizado e fortalecimento profissional.

PETROPOLITANO

Defensores públicos do Rio lançam livro na COP30

Desastre natural de 2022 em Petrópolis mostra a atuação da DPRJ em prol da justiça climática

Por Redação

O livro “Catástrofes Climáticas em Centros Urbanos e o Papel da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro”, assinado pelos defensores públicos Paulo Vinícius Cozzolino Abrahão e Lucas Aparecido Nunes, foi lançado na última terça-feira (11) em evento da CPO30, que vem ocorrendo em Belém do Pará até o próximo dia 21 de novembro.

Petrópolis como análise

Uma das maiores tragédias climáticas do Brasil, registrada em Petrópolis em 2022, foi um dos desastres abordado pelos autores para mostrar a experiência prática da atuação jurídica e institucional da Defensoria Pública do Estado do



Reprodução/DPRJ

O lançamento foi realizado no estande Defensorias do Brasil

Rio de Janeiro em ocorrências de catástrofes climáticas em áreas urbanas.

Com um saldo de 241 vítimas fatais totais ao longo dos três eventos climáticos registrados entre fevereiro e março daquele ano, o livro narra com detalhamento a atuação dos defensores desde as primeiras horas após o deslizamento que atingiu o Morro da Oficina.

A publicação aponta que Petrópolis é o município do Estado do Rio com a maior vulnerabilidade devido ao

elevado número de áreas de riscos, onde estão localizadas 15 mil moradias.

Tragédias de 2011

O livro traz ainda a atuação da Defensoria Pública na tragédia de 2011, que atingiu o município de Nova Friburgo e Petrópolis e a ocorrida no Morro do Bumba, em Niterói, em 2010.

O lançamento foi realizado no estande Defensorias do Brasil, espaço da COP destinado às Defensorias Públicas do país

Prefeitura tenta desbloquear contas e encerrar intervenção no SEHAC

Por Leandra Lima

A Prefeitura de Petrópolis entrou com um recurso no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro pedindo a suspensão da decisão da 4ª Vara Cível do município, que determinou o bloqueio das contas municipais para o sequestro de cerca de R\$ 45 milhões destinados ao pagamento de dívidas ligadas ao Serviço Social Autônomo Hospital Alcides Carneiro (Sehac). No recurso, o município afirma que está em meio a uma calamidade financeira e que a medida pode comprometer o funcionamento da máquina pública, afetando serviços essenciais. A Procuradoria também alega que o juiz extrapolou o objeto da ação, o que pode ser configurado como uma violação à autonomia administrativa do Executivo.

A decisão

O recurso é contra o bloqueio “teimosinha” de cerca de R\$ 44,6 milhões das contas do governo municipal, que permite sequestros diários num período de 30 dias, conforme determinou o juiz Jorge Luiz Martins, da 4ª Vara, após pedido do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). A solicitação atendeu à sustentação da promotora Vaneza Katz, do MPRJ, que alertou para o risco de paralisação dos serviços de saúde no município. Além disso, o magistrado nomeou o advogado Renato Walter Mattos para agir como administrador externo e independente para gerir as finanças do Sehac. O veredito passou a valer no dia 7 de novembro.

Pedido de suspensão

Frente à resolução, a Procuradoria destacou ao TJRJ a necessidade de suspender os efeitos da decisão proferida, ressaltando os efeitos negativos ao funcionamento das repartições públicas. [...] “A urgência da suspensão é acentuada pela natureza das me-



Arquivo/TV Correio da Manhã

O recurso é contra o bloqueio “teimosinha” de cerca de R\$ 44,6 milhões

das constritivas impostas, que totalizam um sequestro de mais de quarenta e quatro milhões de reais, valor este que, em um Regime de Calamidade Financeira reconhecido pelo Decreto Municipal 144/2025, compromete a capacidade mínima de custeio de toda a máquina pública municipal, extrapolando em muito o objeto original da lide e violando a capacidade do Município de Petrópolis de manter a prestação de serviços públicos essenciais em todas as áreas, resultando em um inevitável colapso sistêmico” [...], trecho do recurso.

Também foi exposto que tal medida afeta diretamente a autonomia do Poder Executivo, que, segundo a Procuradoria, implica em danos irreversíveis à gestão municipal, à execução do orçamento e à prestação de serviços públicos essenciais a toda a coletividade.

Em relação à intervenção, o município sustenta que os limites constitucionais e as regras de direito administrativo devem ser observados. [...] “Sobretudo no que tange à execução de despesas que não estão diretamente ligadas ao custeio da saúde, como as dívidas não abrangidas pelo objeto inicial da lide” [...], ressalta a Procuradoria. Ainda no tópico, é

alegado que o juízo não delineou as atribuições e os limites de atuação do administrador externo. “Deixando a gestão à mercê de interpretações vagas e sem um plano de trabalho claro”, indagam.

A Procuradoria destacou que o Judiciário não pode simplesmente assumir o papel de gestor da unidade, enfatizando que, apesar de a mesma ter parte administrada pelo poder público, ela tem natureza privada, salientando que a transferência do montante bloqueado diretamente do Tesouro Municipal para o Sehac corre o risco de violar a legalidade orçamentária e a separação de Poderes.

Sustentação

A Procuradoria diz ao juízo que, se a concessão do efeito suspensivo for aceita, serão impedidas algumas medidas que iriam prejudicar a continuidade dos serviços públicos:

- Seja efetivada a intervenção judicial no Sehac e a atuação do Administrador Judicial, sem a devida e legal delimitação de suas atribuições e poderes;
- Seja efetuado o sequestro de R\$ 19.646.721,58 das contas municipais;
- Seja efetuado o sequestro de R\$ 24.971.000,00 das contas municipais;

para a realização de painéis, palestras, mesas de debate, exposições e lançamentos durante a conferência.

Durante o lançamento, o defensor público-geral do Estado do Rio, Paulo Vinícius Cozzolino Abrahão, ressaltou que o livro é um grande resumo do trabalho da defensoria, e de seu caráter humano e urgente em situações de desastres. O coautor, Lucas Aparecido Nunes, defensor do 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva, apontou que a publicação reforça o compromisso da Defensoria com a efetivação do direito climático e com a proteção dos direitos humanos em contextos de emergência ambiental.

O livro também apresenta como os impactos das mudanças climáticas revelam a desigualdade socioambiental e os desafios jurídicos em relação ao agravamento da crise do clima.

Os autores concluem que a crise climática não é um fenômeno que se manifesta de forma concreta e desigual já que atinge com maior severidade as populações historicamente marginalizadas. Desta forma, a atuação da Defensoria Pública revela-se estratégica e indispensável para a garantia de direitos fundamentais da população mais vulnerável.

4. Sejam devolvidos aos cofres do Município de Petrópolis os valores já arrecadados em razão do sequestro determinado, para fins de aplicação em conformidade com as prioridades existentes.

Dívida herdada

A pendência financeira do município com o Sehac vem desde 2019. Na época, o montante era de mais de R\$ 39 milhões. O valor continuou crescendo: em 2020 passou para aproximadamente R\$ 44 milhões; em 2021 foi para R\$ 45 milhões; em 2022 chegou a quase R\$ 54 milhões. Já em 2023 caiu para R\$ 5 milhões e aumentou em 2024, registrando R\$ 17 milhões.

A situação já discutida em audiência gera diversas dificuldades para a unidade. Representantes do Sehac sinalizaram carência de insumos básicos e medicamentos, redução de proteínas na alimentação, além da suspensão e reagendamento de cirurgias. Segundo o panorama, a situação tem afetado diretamente pacientes oncológicos e as cirurgias gerais, especialmente de vesícula e urologia, que representam a maior demanda.

O cenário descrito já aconteceu ainda este ano. Em outra audiência, realizada em setembro, a diretora do Hospital Alcides Carneiro, Ronye de Lourdes Pinheiro, mencionou que, em abril deste ano, houve uma paralisação de dois dias no serviço de cirurgia de urologia.

Na última audiência que desencadeou a determinação do bloqueio e intervenção, o MPRJ disse que o débito do Sehac com fornecedores e colaboradores se aproxima de R\$ 24,9 milhões e salientou que o município não repassou os valores da folha de pagamento de novembro nem os recursos de custeio, que são utilizados para pagar médicos, serviços de limpeza, radiologia e outros setores essenciais do hospital.